



Aprovada Lei de Diretrizes Orçamentárias 2005

Mantendo os principais pontos defendidos pela bancada governista, como o que retira do conceito de RLD (Receita Líquida Disponível) - usada como base de cálculo para os repasses aos demais poderes -, os valores referentes à CIDE (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico) e cota-parte da Compensação dos Recursos Hídricos, a Assembléia Legislativa aprovou a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2005.

Foram aprovadas apenas duas emendas, de 10 anteriormente rejeitadas na Comissão de Finanças e Tributação e apresentadas como destaque em Plenário.

Com a aprovação da LDO, os parlamentares iniciam o período de recesso legislativo, que vai até o dia 31 de julho. No entanto, nos dias 13 e 14 eles retornam ao Legislativo, em regime de autoconvocação (sem qualquer ônus), para apreciar a proposta de reforma administrativa interna que está em análise na Casa.

Páginas 3 e 5



(foto Jonas Lemos Campos)

Ao contrário de anos anteriores, votação da LDO não provocou muitas polêmicas

María Fumaça em 23 poses

O fotógrafo Miguel Ângelo de Melo Ricott juntou sua paixão pela fotografia com o desejo de registrar, para sempre, as locomotivas a vapor e vagões do acervo do Museu Ferroviário Tereza Cristina, da cidade de Tubarão. Após participar de uma viagem de Tubarão a Urussanga, Miguel fez 150 fotos, que resultaram na exposição Embarque nesse Trem e não Saia da Linha. Vinte e três delas estão expostas na Galeria de Arte Meyer Filho, na entrada da Assembléia Legislativa.

O material, todo digital, não segue um padrão técnico rígido, segundo Miguel, a intenção era fotografar a simplicidade e cotidiano da vida ferroviária e contribuir com o acervo histórico do Museu.



(foto Miguel Ângelo de Melo Ricott)

CPI da Casan

Relatório será apresentado em agosto

A Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a origem do altíssimo passivo trabalhista da Companhia de Águas e Saneamento, presidida pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT) e instalada em maio do ano passado, chega ao seu final contabilizando êxito no seu objetivo, depois de constatar irregularidades e encaminhar a comprovação de atos ilícitos de seus autores para o Ministério Público. O relatório final, de acordo com o relator Mauro Mariani (PMDB), vai ser apresentado em setembro.



(foto Carlos Kilian)

Deputados Mariani, Dionei e o presidente da Casan, Walmor de Lucca

Página 4

Beneficiar a impunidade?

Atenta às discussões mais relevantes da situação política da República, a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, com muita propriedade, durante a 45ª Sessão Ordinária, realizada no dia 23 passado, aprovou moção de autoria deste parlamentar prestando solidariedade às manifestações de membros do Ministério Público Estadual que desenvolvem uma campanha pela preservação dos seus poderes de investigação.

Matéria polêmica, transcendeu a discussão do meio jurídico e alcançou o noticiário nacional, sendo apresentados vários argumentos favoráveis e contrários à tese de que, dentre os poderes institucionais dos promotores de Justiça, encontra-se o de promover investigações criminais.

Porém, é notório que, não tivessem os membros do Ministério Público corajosamente deixado as mesas de seus gabinetes e ido às ruas, muitos crimes cometidos contra a moralidade pública não teriam sido descobertos e muitos fraudadores continuariam a saquear o patrimônio público.

Engessar o poder de atuação dos promotores de Justiça, neste momento de afirmação da democracia, representa retrocesso indesejado pela sociedade brasileira. Muito melhor, nesse sentido, em vista da presunção de inocência prescrito pela Constituição Federal, serem debatidas, com a participação dos órgãos políticos e da sociedade civil, formas adequa-

das e necessárias para a prevenção de eventuais excessos na divulgação de dados das investigações do que simplesmente serem abolidos os poderes instituídos.

Para os mais fracos é imprescindível manter o Ministério Público independente e autônomo, apto a conduzir os procedimentos de fiscalização da moralidade pública. Sendo verdade que dos elementos de investigação membros do Ministério Público retiram os subsídios para indiciar os envolvidos em crimes, como titulares da ação penal, é natural que os procedimentos investigatórios, em colaboração com os órgãos da polícia judiciária, contemplem a sua participação.

Não se pretende condicionar a livre convicção dos encarregados em decidir os limites do papel institucional do Ministério Público no estado democrático de direito. Porém, às vésperas do julgamento que determinará os rumos futuros desta importante instituição, a Assembleia Legislativa, como poder de representação popular, não poderia deixar de se posicionar em favor dos serviços prestados pelos promotores de Justiça.

Neste momento, limitar os poderes do Ministério Público, constitucionalmente garantidos, é o mesmo que aprofundar o esvaziamento da Justiça. Hoje, a impunidade se dispõe a diminuir o espaço de atuação dos promotores de Justiça, amanhã, pretender-se-á extinguir os poderes de investigação dos deputados estaduais, restringindo os poderes de fiscalização e investigação das CPIs.

Deputado Pe. Pedro Baldissera (PT)

Universidade pública no Sul

A instalação de uma universidade pública na região do Vale do Araranguá é uma reivindicação antiga daquela ordeira comunidade. A luta em favor do ensino público e gratuito em nossa região já completa alguns anos, mas agora, com o empenho irrestrito das lideranças e, principalmente, da população, as perspectivas parecem reais.

Em uma reunião na sede da Amesc, da qual participaram prefeitos, deputados e associação industrial, algumas ações em prol da idéia foram delimitadas, como uma visita, nas próximas semanas, do reitor da UFSC ao município de Turvo, que dispõe de plenas condições para abrigar um campus avançado da universidade. Além disso, foi solicitado aos prefeitos municipais o compromisso de encaminhar às câmaras de vereadores um projeto de lei que garanta recursos, a partir do próximo ano, para a contratação de funcionários para a futura universidade. A intenção é instalar um

campus com características que atendam as necessidades regionais, com cursos e pesquisas adequados às peculiaridades locais.

A presença da UFSC na região proporcionará um ciclo de desenvolvimento e trará uma série de benefícios para os municípios do Extremo Sul catarinense. Nossos estudantes, que hoje precisam se deslocar para Florianópolis, terão a possibilidade de frequentar um curso superior gratuito próximo a suas casas. A geração de emprego e renda será incrementada, com o surgimento de novos empreendimentos, comércio e serviços. A presença de pesquisadores, técnicos e professores na região irá incrementar o nível intelectual da comunidade, elevando o conceito da região tanto em âmbito nacional quanto internacional. Enfim, o Extremo Sul catarinense só tende a crescer com a chegada de um campus da UFSC, que trará consigo uma rede de possibilidades para a comunidade local.

Deputado Manoel Mota (PMDB)

Políticas para deficientes

O direito e cidadania das pessoas portadoras de deficiência foi tema central de seminário estadual realizado na segunda-feira, (28), no Plenário. O encontro, promovido pelo deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT), teve expressiva participação de entidades que representam esse segmento da sociedade e de representantes da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos e do Conade (Conselho Nacional dos Deficientes). Foram abordados os temas "Brasil e as ações da Secretaria de Direitos Humanos", "Ações do Conade" e a exposição da Lei nº 12.870, que dispõe sobre política estadual para a promoção e integração social da pessoa portadora de necessidades especiais.

O objetivo é o aperfeiçoamento da lei, em diversos pontos. Entre eles, a alteração do termo "portadores de necessidades especiais" para "pessoas com de-

ficiência". Outro ponto é o resgate do percentual de 10%, estabelecido em decreto anterior à Lei 12.870, prevendo a destinação de vagas no serviço público para portadores de deficiência. Pela lei, estão previstos apenas 5%. A qualificação profissional da pessoa com deficiência, de maneira que ela possa disputar o mercado de trabalho em igualdade de condições e não estar em determinadas atividades como se estivessem lhe fazendo um favor, além da qualificação dos professores que atendem a essas pessoas, também devem estar implícitas no aperfeiçoamento da legislação.

Segundo Nilzarete Margari da de Lima, representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, é necessária a criação de mecanismos que efetivem as leis que asseguram o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de necessidades especiais. (SD)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Deputado Dentinho quer aperfeiçoar a legislação

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

perguntaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Francisco de Assis (PT)

4º Secretário: Genésio Goulart (PMDB)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dzedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne, Graziela May Pereira e Denise Arruda Bortolon

Estagiária: Elisa Alba da Silva

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adriane Canan, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Emanuelle Torres, Felipe Antônio Damo, Felipe Nunes, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Luciana Pons, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Kélen Bordini, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Estagiários Prog. Antonieta de Barros: Luciana Machado e Rodrigo César de Araújo

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Stela Martins e Luciano de C. Oliveira

Revisão: Verlainne Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas e Bruno Corrêa da Silva

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Deputados apreciam reforma administrativa em julho

O parlamento catarinense optou por uma autoconvocação, portanto sem ônus, para analisar e votar a proposta de Reforma Administrativa, nos dias 13 e 14 de julho. De acordo com Volnei Morastoni (PT), presidente da Casa, esta é uma matéria de alta complexidade e visa a avançar e aprimorar a gestão administrativa com segurança e em conformidade com as normas legais. A reforma administrativa constitui-se em um dos compromissos assumidos. Morastoni elogiou o esforço empreendido pelos servidores que compuseram o Grupo de Trabalho que, durante 10 meses, "com empenho e dedicação desempenharam a tarefa".

Ele disse considerar de "extrema relevância" a criação das Assessorias Coletivas de Bancada, a partir da transformação de cargos comissionados existentes na Presidência. Na proposta, estas assessorias coletivas estão compostas segundo o número de deputados de cada partido, respeitando a proporcionalidade. "Também adequada foi a criação de uma assessoria para cada membro da Mesa a partir da transformação de cargos comissionados da Presidência, possibilitando melhores condições para que cada componente da Mesa seja assessorado nas questões que são objeto de discussão, acompanhe a gestão e cumpra com suas responsabilidades", complementou Morastoni.

De acordo com ele, esta matéria

foi acertada e é justa a remuneração das funções gratificadas por valores fixos. "É uma forma de substituição ao pagamento de gratificações na forma do percentual do vencimento. Ela também representará aumento para os salários mais baixos." Morastoni avaliou a criação do cargo de Diretor Geral como uma medida de extrema importância. "Hoje há um acúmulo de tarefas no ambiente da Chefia de Gabinete da Presidência. Precisamos de pessoas qualificadas e dedicadas a construir caminhos em direção à modernização administrativa, buscando permanentemente a redução do desperdício, a economicidade e o melhor uso possível dos recursos financeiros humanos e materiais do Poder Legislativo".

O presidente espera que, com a criação do cargo de Diretor Geral, seja aliviada a Chefia da Presidência, para que esta se concentre no aprimoramento da relação com os deputados, na coordenação da agenda e das equipes dedicadas à organização das atividades do Parlamento, como debates e audiências públicas, cujo número tem crescido e aumentará ainda mais quando estiverem terminadas as reformas e ampliações.

Comunicação - A criação de um departamento voltado para a coordenação das divisões responsáveis pela comunicação da Assembleia também está contemplada nesta reforma. "Não se trata apenas de divulgar os trabalhos dos parlamentares, mas também de possibilitar aos eleitores um acompanhamento sistemático do que fazem

os parlamentares e esta Casa de Leis. O crescimento da área de comunicação justifica a criação do departamento, que potencializará este trabalho", ponderou.

Morastoni sugeriu que a área financeira seja da responsabilidade da atual Divisão de Administração Financeira e que esta fique diretamente subordinada ao Diretor Geral, mantendo uma relação direta com o presidente. "Creio que, sob a coordenação do Diretor Geral, os três departamentos, de Comunicação, Administrativo e Parlamentar, mais a Chefia de Gabinete da Presidência, constituirão uma excelente equipe que, subordinada às decisões da Mesa e do Plenário, aprimorará a gestão do Poder Legislativo. Manifesto-me contrário à criação do Departamento Financeiro."

Carreiras - O parlamentar ainda constatou a ausência de um quadro que oriente a administração na realização de futuros concursos públicos. "Quanto à proposta que realiza alterações nas atuais carreiras, face às controvérsias jurídicas quanto à legalidade, sugiro que não a façamos neste momento. A Procuradoria Jurídica não teve tempo suficiente para a análise cuidadosa destas mudanças e não trouxe a esta Presidência a segurança e a tranquilidade

necessárias para aprová-las", resumiu. Ele propôs que sejam mantidos os atuais quadros de carreira, com os mesmos níveis e aplicado ao vencimento base, ao valor de cada nível, uma correção de 20%, de forma a recuperar pelo menos em parte as perdas inflacionárias dos últimos anos. Pela sua proposta, a incidência deste percentual deverá ser feita gradualmente, em seis vezes, para que não tenha forte impacto sobre as despesas de pessoal da Alesc, "pois também o Poder Legislativo deve considerar a difícil situação financeira do Estado".

Destacou ainda Morastoni que, desde o início de sua gestão, as despesas com pessoal reduziram de 2,20% (janeiro de 2003) para os atuais 2,02% da receita líquida do Estado. Devido à complexidade e importância do projeto, o presidente da Alesc votou pela análise da Procuradoria Jurídica da Casa e para que sejam feitas as alterações necessárias quanto a sua legalidade e legitimidade. (MOR/DAB)



Cartilha do Idoso

Com o objetivo de alertar, informar e comentar o Estatuto do Idoso, o deputado Celestino Secco (PP) lançou, no dia 24, a Cartilha do Idoso. A solenidade contou com a presença de vários grupos de idosos, do Núcleo de Estudos da 3ª Idade da UFSC, representantes do INSS, do Conade (Conselho Nacional de Deficientes) e da secretária da Saúde.

A cartilha traz artigos comentados do Estatuto, facilitando sua compreensão e fornecendo dicas de

como devem agir a família, a sociedade e as entidades sobre os diversos pontos. De acordo com o parlamentar, os jovens têm que se conscientizar que daqui a quatro gerações eles é que estarão idosos e vão querer o mesmo respeito que devem atribuir hoje aos mais velhos. No entanto, o deputado admite que nenhuma das duas publicações é suficiente para evitar o desrespeito e a falta de amor, pois direitos e justiça não se emolduram em um texto. (GMP)



Deputado Secco durante o lançamento

Troféu Amigos da Lagoa



O presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), e o deputado Mauro Mariani (PMDB), que preside a Comissão de Agricultura no parlamento, foram homenageados com o Troféu Amigos da Lagoa, na terça-feira (29). A solenidade, promovida pela Federação

de Pescadores do Estado de Santa Catarina, aconteceu na sede da Sociedade Amigos da Lagoa, em Florianópolis. O secretário do Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano, deputado licenciado Sérgio Godinho (PTB), também recebeu o troféu.

CPI da Casan

Procuradoria alega falta de pessoal para fiscalizar estatal

Carlos Agne

Com a apresentação das medidas que podem ser tomadas para sanear os problemas que a Casan possui hoje, referentes à grande monta dos passivos trabalhistas, o procurador-geral do Estado, Imar Rocha, e o presidente da empresa, Walmor César de Lucca, encerraram a tomada de depoimentos pela Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga a origem das centenas de ações judiciais que, se fossem consideradas procedentes, culminariam com a insolvência da estatal. Os testemunhos foram dados na segunda-feira, dia 28.

Imar Rocha fez a exposição do quadro em que vive a Procuradoria Geral do Estado, alegando falta de estrutura no órgão, especialmente de pessoal, para poder fiscalizar ou acompanhar as ações das empresas de economia mista, fundações e autarquias. "Somos num total de 63 procuradores, 20 lotados no interior, que atendem mais de 120 mil processos.



Imar Rpch, procurador Geral do Estado

Desses, cerca de 90 mil são referentes a executivas fiscais e ações ordinárias. Atualmente, não temos condições de fazer o acompanhamento", argumentou. Rocha salientou que a Casan deve reestruturar sua Consultoria Jurídica e

implementar um controle mais rigoroso em seu Departamento de Pessoal. "No caso dos alvarás judiciais, se tivesse controle não haveria condições de advogados se apropriarem", assinalou.

Direção - Sabatinado pelo presidente, pelo relator e também pelo deputado membro da CPI, Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Walmor de Lucca explicou os procedimentos que vem tomando e salientou que sua relação com os advogados "não é das melhores". "Eles me consideram culpado de ter enxovalhado o nome deles", comentou. Afirmou ainda que a Casan só é viável se passar por uma profunda reforma estrutural.

Vieirão apelou ao presidente da estatal para que ajude a CPI a destrinchar o problema do desaparecimento da pasta em que se encontram alguns documentos, segundo o depoimento do advogado aposentado de Joinville, Manoel de Pinho. "Ele diz que a Casan o impede de ter acesso a essa pasta", disse o parlamentar.

Empresa não cumpria acordos



Edelmo Naschenweng

Os penúltimos depoimentos - do ex-presidente, Josué Dagoberto Ferreira e do ex-diretor administrativo, Edelmo Naschenweng -, tomados no dia 24, confirmaram que a direção da estatal catarinense de águas e saneamento não cumpria com o acordado no Plano de Cargos e Salários, e por isso as ações de níveis começaram a aumentar. Eles também não conseguiram explicar o caso da carta da direção da empresa, cancelada e não remetida ao CPF (Conselho Político Financeiro), que acabou fundamentando os processos trabalhistas.

Naschenweng admitiu ser o autor do documento onde explicava a questão das ações de níveis, sobre os vencimentos dos prazos prescricionais, revelando, praticamente, ser uma auto-confissão de dívida para com os servidores. O ex-diretor administrativo informou ainda que, depois de assinada a carta, deixou-a sobre sua mesa por cerca de dois dias, oportunidade em que diz tê-la destruído.

A CPI

- Constituída: 07.05.2003
- Instalada: 13.05.2003
- Prazo inicial: 120 dias
- Prorrogações: uma vez pela própria Comissão (+ 60 dias) e outra pelo Plenário (+ 180 dias). Os prazos não são contados nos períodos de recesso.
- Prazo para conclusão das investigações: 31.08.2004
- Prazo para apresentação do relatório final: 30.09.2004
- Reuniões: 38 reuniões, das quais 26 utilizadas para ouvir testemunhas
- Pessoas ouvidas: 115
- Horas de inquirição: 120 horas (estimativa)
- Documentos recolhidos: 319 volumes, num total aproximado de 110.000 páginas
- Processos trabalhistas analisados: 1.020, de um total de mais de 3 mil movidos contra a empresa, no período de 1987 a 2003
- Diligências realizadas em mais de 20 cidades, para investigações, coleta de informações e retirada em carga de processos
- De 1998 a 2003, a Casan desembolsou, em ações individuais e coletivas, o valor total de R\$ 31.175.767,01.*

* A empresa não possui um controle analítico, seja na Consultoria Jurídica, Gerência Contábil, Gerência Financeira ou Gerência de Recursos Humanos, informando o valor desembolsado em cada ação trabalhista. A CPI teve que fazer seu trabalho levantando a partir dos documentos contábeis. Os dados são preliminares e estão sujeitos à revisão.

Advogados retêm alvarás

A comprovação de atuação ilícita de advogados da própria empresa foi um dos resultados da Comissão. "Alguns advogados sacavam o dinheiro e não repassavam para a empresa. O Rubens João Machado tem de prestar contas de 87 alvarás, com valores atualizados em R\$ 1.372.765,30. Conseguimos provar que alguns ele depositou em sua conta particular", relata o deputado

(foto Carlos Kilian)



Sandra Kiel: alvarás de R\$ 24 mil

Mauro Mariani. Por isso, ele está com seu registro cassado provisoriamente pela OAB. Também teve negado o pedido à Justiça para impedir que seu nome e imagem fossem divulgados pela CPI. Rubens é o alvo de quatro ações no Estado.

O advogado Moacir A.L. Ern reteve sete alvarás, no valor de R\$ 47.276,31, e Sandra Y.Kiel outros dois alvarás, no valor de R\$ 23.855,53, e ainda não comprovaram que não se apropriaram dos valores. Caso não entreguem os documentos em tempo hábil, serão denunciados ao Ministério Público e OAB. Já Manoel de Pinho voltou a solicitar retificação de depoimento. No primeiro testemunho, prestado no dia 16 de junho, Pinho alegou ter sacado o valor de dois alvarás judiciais - estimados atualmente em R\$ 79.822,83 -, direito no caixa da CEF, e em seguida os entregou em espécie para uma das duas secretárias da filial da Casan em Joinville. Ele retornou à CPI mudando a versão, dizendo que o dinheiro foi entregue a um funcionário do qual não lembra sequer das características físicas. Na terceira versão, apresentada na terça-feira (29), Pinho diz não ter sacado os valores e sim ter recebido em dois cheques administrativos da Caixa.

LDO

Embate centrou-se no Orçamento Regionalizado

(foto Jonas Lemos Campos)



Destaque provocaram as discussões mais acirradas

Scheila Dziedzic

Foi tranqüila a votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) na manhã de quarta-feira (30). O único momento de tensão ocorreu quando o líder do Governo, deputado Herneus de Nadal (PMDB), pediu destaque do anexo de metas e prioridades no qual estavam incluídas as 367 ações resultantes das demandas apontadas pela comunidade durante as audiências públicas do Orçamento Regionalizado. O entendimento de alguns deputados era de que se estava suprimindo da LDO as ações do regionalizado.

Os deputados Joares Ponticelli (PP) e João Paulo Kleinübing (PFL) contestaram o encaminhamento com o argumento de que um grupo reduzido de pessoas não tem a legitimidade de excluir do orçamento o que foi apontado pela população. O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) também não concordou com o encaminhamento porque entende que o anexo de metas e prioridades é referência para a confecção da peça orçamentária. "Acho um equívoco, pois essa situação daria plenos poderes ao grupo de estudos que poderia definir as ações do governo sem se basear no anexo que aponta os desejos da população." Os parlamentares entendem que isso levaria a um esvaziamento do Orçamento Regionalizado.

O grupo citado por Dentinho resultou de acordo celebrado entre Legislativo e Executivo, que prevê a formação de uma comissão que em agosto procederá estudos da viabilidade técnica e financeira das ações indicadas nas audiências

públicas. A comissão será integrada por servidores da Comissão de Finanças, da Coordenadoria do Orçamento da Assembléia Legislativa, dos Conselhos de Desenvolvimento Regionais, das secretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão e da Fazenda, além de representante eleito na comunidade em cada uma das 29 regionais.

Limitação - O líder do governo explicou que existe, da parte do Estado, limitação financeira, e por isso a necessidade do grupo realizar uma avaliação das metas a serem executadas. "A nossa intenção é apenas racionalizar e adequar as propostas encaminhadas nas audiências públicas. Mas, diante do desconforto causado, preferi a retirada do des-

taque", comentou.

Para Nadal e Dentinho, a votação da LDO foi extremamente positiva e tranqüila, pois foram mantidos os principais pontos, como o que retira do conceito de RLD (Receita Líquida Disponível), para efeitos de cálculo dos repasses aos demais poderes, os valores referentes à CIDE (Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico) e cota-parte da Compensação dos Recursos Hídricos, além da rejeição da emenda do deputado João Rodrigues (PFL), que pedia o aumento de percentual para a Udesc, dos atuais 1,95% para 2,15%. Esta emenda teve pedido de destaque formulado pelo PFL juntamente com a emenda que previa a manutenção da CIDE e dos Recursos Hídricos no conceito da RLD.

Emendas

Das emendas que tiveram pedido de destaque, apenas duas, dos deputados Francisco de Assis (PT) que pede a construção de um elevador em Joinville, e de Clésio Salvaro (PSDB), que quer a expansão da Udesc para outras regiões do Estado contemplando municípios do sul, foram aprovadas na LDO. Os demais destaques, que foram rejeitados, são:

- Emenda 51 - autoria de Reno Caramori (PP), deputado relator - mantém a Cide e outras receitas vinculadas ao conceito de RLD

- Emenda 24 - Reno Caramori - obras na SC-465, de Ponte Serrada a Passos Maia

- Emenda 13 - Reno Caramori - obras na SC-455/SC-453 (Arroio Trinta), Macieira e SC-451 (Taquara Verde)

- Emenda 17 - Reno Caramori - obras na SC-471 Romelândia/Anchieta

- Emenda 68 - Lício Mauro da Silveira (PP) - apoio à Orquestra Sinfônica de Santa Catarina

- Emenda 69 - Lício Mauro da Silveira - apoio aos portadores de necessidades especiais (vários municípios)

- Emenda 70 - Lício Mauro da Silveira - apoio aos portadores de necessidades especiais de São José

- Emenda 71 - Lício Mauro da Silveira - restauração de rodovias (vários municípios)

Projetos aprovados

Medalha

De autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), o Projeto de Resolução 08/04 cria a Medalha de Mérito Carl Franz Albert Hoepcke, com entrega anual. É um prêmio simbólico a ser conferido aos empreendedores que prestaram relevantes serviços nas áreas empresarial, educacional, ambiental, econômica, social ou que tenham contribuído por outros meios e de modo eficaz para o desenvolvimento do Estado e dos cidadãos catarinenses. (RV)

Acompanhante

Toda gestante, parturiente e puérpera terá garantida a escolha de um acompanhante nos procedimentos de pré-natal e de parto na rede pública credenciada e/ou conveniada do SUS, a partir da aprovação do Projeto de Lei nº 177/04, de origem governamental. O Executivo tem prazo de 60 dias, a contar da data de sua publicação, para regulamentar a lei. (RV)

Câncer infantil

Proposta de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), instituindo o Programa de Conscientização do Câncer Infantil, que consiste em um conjunto de ações e campanhas de conscientização a serem desenvolvidas pelo governo do Estado, como forma de informar e combater o câncer infantil mediante a distribuição e afixação de impressos. (CA)

Substituição tributária

Projeto de Lei nº 191/04, de origem governamental, altera dispositivos da Lei nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996. A proposta acrescenta carne bovina e suas miudezas comestíveis entre os produtos sujeitos a substituição tributária. Conforme argumentação do Executivo, esta é uma reivindicação deste setor de produção, como medida de proteção contra a concorrência desigual do produto originário de outros estados e de qualidade inferior. Fica assegurado que a medida não

significará majoração de preço ao consumidor, apenas equalização de preço entre a carne produzida internamente e a outra oriunda de outro Estado. (RV)

Bens móveis

Também remetido pelo governo, o Projeto de Lei nº 192/04, que altera dispositivo da Lei nº 5.164, de 1975, dispondo sobre a avaliação de bens móveis inservíveis. Segundo a Secretaria da Administração, na maioria dos casos estes bens são veículos, de vários modelos, e ainda ambulâncias, doados para diversos municípios, que estão desgastados pelo tempo de uso.

Com a alteração, o prefeito, após receber a ambulância, por exemplo, pode utilizá-la como entrada para a aquisição de uma mais nova ou zero quilômetro, evitando a obrigatoriedade dos dois anos mantendo um veículo em condições insatisfatórias para os serviços públicos. (RV)

Adocon: exemplo de lutas e conquistas

Rose Mary Paz Padilha

Já se vão 16 anos de muito trabalho, desde que a Adocon (Associação Catarinense de Defesa dos Direitos da Mulher, Donas de Casa e Consumidores) iniciou suas atividades. No começo, em 1988, o trabalho estava voltado para a pesquisa de preços de produtos da cesta básica, onde atuou em conjunto com a Defesa do Consumidor do Ministério Público de Santa Catarina e também foi às ruas recolher assinaturas para a aprovação do Código de Defesa do Consumidor, no Congresso Nacional.

Com atuação em todo o território catarinense, esta é uma entidade sem fins lucrativos, onde um grupo de voluntários, a maioria mulheres já aposentadas, presta um trabalho gratuito à sociedade, contribuindo para oferecer uma melhor qualidade de vida às pessoas. Sua sobrevivência se dá através da venda de publicações (entre elas, a mais recente, o Manual dos Condomínios) e da realização de cursos.

A presidente da Associação, a advogada Elizabete Baesso, conta, nesta entrevista, um pouco da trajetória e das conquistas da Adocon.

AL Notícias - Nesses 16 anos de existência, quais foram as maiores vitórias obtidas pela Adocon, tornando a associação conhecida nacionalmente?

Elizabete Baesso - A nossa principal conquista foi em 1996. Conseguimos a redução da multa de 10% para 2% quando houvesse atraso no pagamento das contas de água, luz, telefone, cartão de crédito, leasing e prestações em geral. Foi uma campanha iniciada por algumas mulheres de Santa Catarina, que na época foram chamadas de "mulheres malucas". Posteriormente, lançamos a campanha em Belo Horizonte e também em São Paulo, em encontros com as demais entidades, no Fórum Nacional de Entidades Civis de Defesa do Consumidor. As demais entidades aderiram à campanha nacional deflagrada por nós. A partir disso, tivemos duas audiências com o Presidente da República e depois de oito meses de campanha obtivemos êxito. Foi uma grande conquista que beneficiou toda a população brasileira.

AL Notícias - De "mulheres malucas", como vocês foram chamadas naquela ocasião, vocês ficaram conhecidas como as mulheres que conscientizaram a população de todo o país?

Elizabete Baesso - De mulheres malucas nós mostramos que não tínha-

mos nada, que nós somos as mulheres gestoras da casa e que temos preocupações com o orçamento e conhecimento do que efetivamente nós queremos, enquanto que algumas pessoas não têm essa preocupação do dia-a-dia, de gerir a casa, da educação. Nós, mulheres catarinenses, principalmente, mostramos que somos esclarecidas, com capacidade de fazer uma campanha nacional que revertesse em benefício de toda a população brasileira.

AL Notícias - Quais os trabalhos que a Adocon desenvolve hoje?

Elizabete Baesso - Um trabalho constante que está disponível na internet através do site www.adoconsc.org.br é a pesquisa de preços de 113 itens de gêneros de alimentação e limpeza realizada nas sextas-feiras em sete redes de supermercados. Quem não tiver acesso ao computador pode pegar a lista na nossa entidade, que funciona no Centro de Florianópolis, na rua João Pinto nº 30, sala 1005, de forma gratuita também. O mais importante dessa pesquisa é que nós fazemos o monitoramento e o acompanhamento do aumento de preços desses produtos básicos, como o arroz, o feijão, o leite, o café, o creme dental, o sabonete. Nós temos como acompanhar o que está aumentando, qual é o comportamento da dona de casa, o que, como e porque ela está comprando. Há mais de uma ano conseguimos com que os supermercados colocassem à venda produtos alternativos, não só o "top" de linha, mas produtos mais acessíveis, produtos mais baratos e de micro e pequenas empresas catarinenses, não só das multinacionais. Como mulheres, temos que brigar pelo emprego dos nossos filhos e, adquirindo produtos daqui, a riqueza é do nosso Estado, o emprego é dos nossos filhos. Pesquisamos também o preço do pão - produto básico nas famílias - e a cada 15 dias colocamos à disposição uma pesquisa dos preços dos medicamentos de uso contínuo voltados para a pessoa da terceira idade e para as mulheres, como anticoncepcional, remédio para a osteoporose, reposição hormonal, coarção e hipertensão.

AL Notícias - Uma cartilha elabora-



da pela Adocon sobre administração da casa teve apoio federal. Aliás, a única apoiada este ano pelo Ministério da Justiça. Do que se trata?

Elizabete Baesso - Nós pegamos o conceito de qualidade de vida na empresa, que é o chamado "5 S", é o adaptamos à cartilha. Essa é uma filosofia japonesa do pós guerra, que trabalha com cinco pontos: organização, arrumação, segurança e saúde, higiene e limpeza e autodisciplina e que resulta na mudança de comportamento. O objetivo da cartilha,

que será lançada ainda este ano na Assembléia Legislativa, que nos apóia com verba de subvenção social, é trazer para a família a responsabilidade e o compromisso de todos, que é como funciona na empresa. Com a gestão da casa, temos a mulher como gestora dessa mudança, buscando a qualidade. Nós vamos trabalhar com personagens, que vão levar de forma lúdica a mensagem às famílias. Tivemos a visita de um representante do Ministério da Justiça e ele se apaixonou pela idéia e levou-a para Brasília. É a única publicação que o Ministério está apoiando no âmbito nacional e para nós isso é fantástico. Vamos distribuir essa cartilha às comunidades, onde já trabalhamos orientando as famílias.

AL Notícias - Nestes últimos anos e também com a existência da Adocon, houve um aumento significativo da conscientização das pessoas sobre os seus direitos como consumidores?

Elizabete Baesso - O Código de Defesa do Consumidor está com 13 anos de vigência. Nesse período, houve uma grande mudança no perfil do consumidor, da dona de casa. É uma das poucas leis do Brasil que efetivamente "pegaram". Ela mexe com a cidadania, com as pessoas e as pessoas não estavam acostumadas a reclamar, a buscar os seus direitos, brigar, discutir, buscar informação, mas nós ainda temos muito o que fazer. Precisamos da defesa do consumidor no ensino fundamental, ensinar nossas crianças, porque a base é a educação. Nós evoluímos, mas ainda temos muito o que evoluir. O ideal é que a defesa do consumidor fizesse parte do currículo escolar.

As pessoas que já têm um nível de conhecimento estão buscando isso. Nós temos atendido todas as áreas. Quando fizemos o trabalho (manual) voltado para a administração dos condomínios, pensamos nisso, numa área nova no Brasil, que começou em 1930. Essa convivência nos condomínios está gerando uma certa violência, sobre os direitos e deveres de viver em condomínio - hoje as soluções mais práticas de moradia. Há abuso de autoritarismo, das pessoas não conhecerem seus direitos e seus limites. É uma área fora da defesa do consumidor, mas são problemas existentes na sociedade que não podemos abandonar. Nós buscamos a convivência harmoniosa.

Outra área que também temos discutido muito é a da educação no ensino particular, quais os direitos desses estudantes, não colocá-los em situação vexatória na publicação de notas, na cobrança das mensalidades.

AL Notícias - Em que novas frentes a Adocon está atuando?

Elizabete Baesso - Uma frente em que vamos atacar é o comércio justo e solidário, que é o estímulo das mulheres através da busca de renda, através do artesanato, confecção, fabricação de doces, salgados, congelados, ou qualquer forma de comercialização. Hoje, se fala muito: "vamos estimular renda para as mulheres que são chefes de família, que precisam tocar a casa", mas temos que buscar esse comércio justo e solidário. É uma nova área que estamos começando a desenvolver.

Serra do Tabuleiro

(foto Carlos Kilian)



Nova audiência já marcada para debater o assunto

Divergências entre as autoridades e o Ministério Público de Palhoça e a Fatma (Fundação do Meio Ambiente) dificultaram o debate realizado pela Comissão de Turismo e Meio Ambiente na quinta-feira, (24), que se destinava a preparar a audiência pública sobre a polêmica em torno de preservação ambiental da Serra do Tabuleiro e entorno. As divergências estão centradas, principalmente, no ajustamento de conduta, que define qual órgão terá a função de definir as ações em determinadas áreas de preservação permanente e a área que já está habitada, mas que não pode receber reformas e nem mesmo a instalação de energia elétrica. Esses pontos voltarão a ser discutidos em audiência, ainda sem data definida.

De acordo com o presidente da Comissão, deputado Djalma Berger, se as prefeituras tivessem uma ação mais direta facilitaria a fiscalização nas APPs (Áreas de Preservação Permanente). "Estamos à disposição de todos para encontrar um caminho que leve à preservação do meio ambiente." O promotor público de Palhoça, José Eduardo Cardoso, salientou que está há três anos trabalhando na defesa da unidade de preservação da Baixada do Massambu, área que compreende o trecho que vai

da BR-101 até a SC-433, no município de Palhoça, com 54% de seu território dentro da Serra do Tabuleiro. "Esta situação interfere no contexto sócio-econômico do município. Direito ambiental diz respeito a todos, desde as gerações atuais até as futuras", argumentou o promotor.

Durante a reunião, o prefeito de Palhoça, Paulo Vidal (PFL), acusou a Fatma de dar tratamento diferenciado nos alvarás para construção dentro da área da Serra do Tabuleiro. "Mande um projeto para que uma escola, situada em Morretes, fosse reformada, mas a Fatma não aprovou. Em contrapartida, concordou com a construção de uma pedreira, que fica a menos de 1 quilômetro da escola". Cardoso explicou que o alvará foi liberado para a construção da pedreira porque ela não está dentro da área do parque, já a escola está localizada na área.

Legislação

A diretora de Assuntos Ambientais da Fatma, Ana Verônica Cimardi, defendeu-se informando que cumpre leis. "Não podemos ir contra as leis do Estado. Somos um órgão estadual e esses pareceres são dados pela Procuradoria Geral. Não podemos autorizar algo que está contra a lei. Estamos amarrados por estes decretos e seria necessária a regularização imobiliária para podermos analisar este assunto", informou.

Quanto à questão das instalações elétricas, o gerente comercial da Celesc foi categórico ao dizer que a empresa não pode realizar serviços em APPs. "Estou no cargo desde o início do ano passado. Nesse período, fizemos 15 instalações por medida judicial. Temos problemas sérios nessa área e não podemos fazer ligações, por isso muitos optam por uma instalação clandestina, colocando vidas em risco. A empresa desliga, mas eles ligam novamente", concluiu. (DAB)

Vetos

Mulher

Os artigos 11 e 12 do Projeto de Lei nº 350/03, da deputada Ana Paula Lima (PT), tiveram os vetos mantidos pelos deputados. Eles estabeleceram a notificação compulsória dos casos de violência contra a mulher atendida em serviços de saúde da rede pública ou privada e criavam o Comitê Técnico Intersetorial de Acompanhamento de Notificações de Violência contra a Mulher. Segundo justificativa do governo, projeto de lei que implique em gastos que não estão previstos no orçamento estadual é inconstitucional, pela indevida ingerência do Poder Legislativo no Poder Executivo (RV)

Certidão

Mantido o veto total ao Projeto de Lei nº 102/03, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que concede isenção da taxa de serviços gerais no fornecimento de Certidão Negativa de Débitos Estaduais, efetuado por intermédio da internet, quando da pesquisa efetuada nos sistemas de controle do crédito tributário resultar inexistência de pendências exigíveis, sem garantia. Em sua argumentação para o veto, o Executivo afirma que a Constituição Federal determina que é de iniciativa privativa do governador a organização administrativa e judiciária, matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração dos territórios. (RV)

Viagens

Mais uma vez argüindo inconstitucionalidade, o governo vetou totalmente, e o Plenário manteve o veto, ao Projeto de Lei nº 438/03, de autoria do deputado João Paulo Kleinübing (PFL), que dispõe sobre viagens oficiais. A proposta pretendia proibir aos membros dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário do Estado e dos municípios catarinenses e também os servidores desses poderes, de aceitar passagens e hospedagens para participação em eventos, a não ser nos casos de interesse do Poder que integrar e este patrocinar o ato ou custear a presença do agente público. (RMPP)

Relatório trimestral do SUS

(foto Alberto Neves)

O diretor de Planejamento e Coordenação da Secretaria Estadual da Saúde, Flávio Magajewski, compareceu, da Alesc na terça-feira (29), na reunião da Comissão de Saúde, que foi presidida pelo deputado Reno Caramori (PP). A exemplo do que acontece a cada trimestre, o representante da Secretaria apresentou relatório com a prestação de contas do SUS (Sistema Único de Saúde) relativa ao primeiro trimestre de 2004. Entre os assuntos apresentados, estiveram o orçamento alocado para 2004, auditorias já realizadas e serviços contratados e pagos pelo SUS nesse período.

Segundo Magajewski, dos R\$ 839 milhões do orçamento da Saúde para este ano, R\$ 505 milhões são de fontes do governo estadual, que cor-

respondem a 12% da receita líquida estadual. Grande parte dos recursos foram alocados com o pagamento de pessoal, compra de medicamentos, manutenção de serviços e pagamento de dívidas.

Sobre as auditorias, o diretor disse que, entre as irregularidades constatadas, estão cobranças indevidas de atendimentos e utilização de AIHs (Autorizações de Internação Hospitalar) sem validade. "Nesses casos, há a exigência de ressarcimento e também processo administrativo encaminhado ao Ministério Público e ao órgão correspondente, como o Conselho Regional de Medicina", disse o representante da secretaria. Os interessados no relatório poderão ter acesso às informações através do site www.saude.sc.gov.br (RMPP)



Flávio Magajewski prestou contas sobre o SUS

Plano Safra 2004-2005

Pleitos catarinenses já estão em Brasília

Os pleitos, sugestões e críticas dos produtores rurais catarinenses, da agricultura familiar à empresarial, levantados no ciclo de 10 Seminários regionais de Política de Crédito Rural realizados pela Comissão de Agricultura, já estão no Ministério do Desenvolvimento Agrário. "Os encaminhamentos foram feitos à medida que os pleitos foram levantados em cada seminário", assegurou o deputado Dionei Walter da Silva (PT), que propôs a realização dos encontros. Os municípios de Jaraguá do Sul e Canoinhas sediaram, nos dias 25 e 26, os últimos seminários do ciclo iniciado em abril, e realizado pela Comissão de Agricultura, para discutir políticas de crédito rural nos âmbitos federal e estadual.

Iniciado em 28 de abril, por São Miguel do Oeste e Chapecó, o ciclo reuniu reuniram agricultores, sindicatos rurais, instituições financeiras (Banco do Brasil e BESC), cooperativas de crédito rural, lideranças políticas, prefeitos, vice-prefeitos, secretários e gerentes regionais e representantes do Programa Nacional de Agricultura Familiar. Os encontros passaram ainda por Concórdia, Fraiburgo, Lages, Rio do Sul, Criciúma, Canoinhas, Jaraguá do Sul e Santo Amaro, este último no dia 1º de julho, encerrando o ciclo.

As principais reivindicações giraram em torno de um aumento dos recursos para financiamento ao pequeno produtor e à agricultura familiar, desburocratização dos procedimentos nas instituições financeiras, redução de juros e criação de outras linhas de crédito para a denominada agricultura empresarial, recursos para efetivar propostas que agreguem valor ao produtor e revisões, ou mais exatamente, regulamentação da legislação ambiental em termos municipais e estaduais, no que tange essencialmente à produção de arroz e ao manejo sustentável em áreas de preservação.

Jaraguá

O seminário de Jaraguá do Sul foi realizado na Câmara de Vereadores, coordenado pelo deputado Dionei Walter da Silva (PT), membro da Comissão de Agricultura e Política de Crédito Rural, presidida pelo deputado Mauro Mariani (PMDB). Os agricultores foram representados por várias lideranças de municípios de toda a região, assim como técnicos da Epagri que também contribuíram respondendo a dúvidas dos participantes.

Apesar de Jaraguá do Sul não ser um município agrícola, vem se destacando em algumas culturas, como na plantação de palmeira real. Entretanto, segundo os produtores, há dificuldades para a liberação de crédito rural e do Pronaf, pois este investimento é de longo prazo. "Temos uma boa estrutura e técnicos especializados, além de agricultores empreendedores, e por isso precisamos juntar esforços e investir em pesquisas de novos plantios, como a própria palmeira real, ou a floricultura", argumentou o gerente regional da Epagri de Joinville, Onério Antônio Zabott.

Concordando com Zabott, o presidente da Cooperativa Agrícola de Jaraguá do Sul, Nilson da Silva, en-



(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Agricultores de Jaraguá estão investindo em culturas diferentes e querem menos burocracia

fatizou a importância da parceria com a Epagri para obtenção dos financiamentos. O Banco do Brasil, instituição financeira que mais centraliza os recursos federais para a agricultura, foi novamente criticado pela burocracia. "Temos alguns problemas isolados, mas, no geral, a

região de Jaraguá do Sul é uma das que mais recebe recursos do Pronaf. E vamos ampliar ainda mais com a liberação dos R\$ 7 bilhões que o governo federal está enviando para Santa Catarina nos próximos dias", contrapôs o gerente regional do BB, Valcário Rocha Uliano. (TK)

Canoinhas

O auditório da Câmara Municipal de Canoinhas lotou com a presença de pequenos e médios agricultores da região. O evento foi presidido pelo diretor de apoio operacional da Cidasc, Magno Vinícios de Andrade, e contou com a parti-

cipação do secretário municipal da Agricultura de Canoinhas, Dodani Machado, o presidente da Câmara de Vereadores, Edmilson Werka, o secretário do Desenvolvimento Regional, José João Klemplous, e o secretário executivo do

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



O município de Canoinhas, onde se concentram pequenos e médios agricultores

Programa Nacional de Agricultura Familiar, Luiz Hessman.

A burocracia para a liberação do crédito rural foi o principal ponto do debate. Segundo Machado, muitos agricultores não conseguem liberar o crédito que já deveria ser deles por direito.

O gerente regional da Epagri, José Alfredo Fonseca, assinalou que o sistema atual não atende às necessidades dos agricultores. "Perdemos meses ajudando-os a montar seus projetos para, junto ao Banco do Brasil, liberar o crédito rural, e muitos não conseguem. Poderíamos estar desenvolvendo outros projetos com eles e não fazer esse trabalho burocrático que, muitas vezes, não dá em nada", explicou.

O gerente do Banco do Brasil de Canoinhas, Manoel Moratelli, argumentou que quem faz as regras não é a instituição. "Sugiro que os agricultores cobrem mudanças através dos políticos. Temos apenas 1.910 famílias que conseguiram o empréstimo, e poderia ser mais se não fosse a burocracia", resumiu. Segundo o presidente da Federação da Agricultura de Santa Catarina, João Francisco Matos, é preciso criar mais mecanismos de financiamento ou negociação de produção. (TK)